

A QUESTÃO VERBO-VISUAL EM REPORTAGENS DE UM JORNAL CARIOCA: UMA PERSPECTIVA DIALÓGICA DOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

Anderson Salvaterra MAGALHÃES
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
eumagalhes@yahoo.com.br

RESUMO: Este trabalho busca compreender como, de um ponto de vista dialógico, a questão da autoria aponta implicações éticas na construção de sentidos numa série de reportagens do jornal O Dia no contexto do concurso IBCCRIM de jornalismo. Entendendo o texto jornalístico como um enunciado, estruturado a partir da interação de três sujeitos – enunciador, destinatário e objeto –; não é possível dissociar a noção de autoria de um posicionamento ético. Assim, demonstra-se que as relações intersubjetivas da série apresentam sinais de adaptação a uma configuração sócio-discursiva orientada pela noção de eficácia, que se consolida como valor hegemônico na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: enunciado; identidade social; autoria; ética

ABSTRACT: The aim of this paper is to understand, from a dialogical point of view, how the issue of authorship shows ethical implications in the construction of meanings in a reportage series of the newspaper "O DIA" in the context of IBCCRIM journalism award. Understanding the journalistic text as an utterance structured by the interaction of three subjects – the utterer, the addressee and the object –, it is not possible to dissociate the notion of authorship from an ethical stance. Thus, it is demonstrated that the intersubjective relations of the series show signs of adaptation to a socio-discursive configuration oriented towards efficacy, which is consolidated as a contemporary hegemony value.

KEYWORDS: utterance; social identity; authorship; ethics

0. Introdução

O comprometimento do jornalismo considerado sério com a questão da verdade sempre lhe apresentou o desafio de organizar os sentidos visando objetividade. Essas noções, entretanto, provocaram debate ao invés de orientar de modo prático o exercício profissional do jornalismo. Uma vez implicado no uso da linguagem, o trabalho do jornalista envolve necessariamente movimentos de subjetivação, o que não o faz prescindir do compromisso ético em favor de uma noção de

real, ou seja, o texto jornalístico, a despeito dos processos de subjetivação inerentes ao uso da linguagem, constrói-se em direção à objetividade. Essa questão se torna ainda mais complexa se atentarmos para os embates travados na construção de autoria de um texto jornalístico impresso e para a relação que o jornalismo mantém com o conceito de verdade.

Segundo Amorim (2007), a história da cultura ocidental pode ser dividida em três grandes temporalidades – pré-moderna, moderna e pós-moderna –, cada uma das quais marcada por um modo de relação entre o saber e o discurso estruturada a partir do senso de verdade. No período pré-moderno, houve o predomínio do saber mítico, arraigado ao discurso religioso e organizado na forma narrativa. Nesse funcionamento cultural, a verdade era validada pela memória, por aquilo que era transmitido por gerações, que não era esquecido. As grandes epopeias mostram esse valor pela memória e imortalidade garantida no contar e recontar de histórias. Desse ponto de vista, a verdade não é vinculada à novidade, mas ao repetido, mantido, estabilizado. Esse funcionamento cultural, em que o saber mítico articulado às formas narrativas constitui um universo de valor com esse senso de verdade enquanto memória, a autora (Amorim, 2007) chama de *mythos*.

Em contrapartida, a laicização do conhecimento inaugura a modernidade no sentido de desvincular o saber do sagrado, trazendo ao senso de verdade a noção do processual, do inédito, da transformação, da instabilidade. Essa ruptura entre religião, mito e discurso abre diferentes possibilidades de relações sociais, tais como o desenvolvimento da noção de um Estado laico, a diferenciação entre o real e o discursivo, já que a palavra deixa de constituir um dogma, e privilegia uma forma discursiva não mais narrativa, mas demonstrativa. Ao invés da memória, a garantia de veracidade está na demonstração, da experimentação, na explicação, na justificativa dos fatos. A racionalidade se define como um valor que imprime à noção de verdade a questão da objetividade. Todo exercício filosófico, já desde os sofistas, vem articulando de um modo ou de outro essa cisão entre o mundo real e objetivado e sua representação, especialmente, a discursiva. A narração dá lugar à demonstração, a uma forma dialética de organizar o discurso. Esse modo de funcionamento cultural Amorim (2007) denomina *logos*.

Ainda de acordo com a autora, a grande transformação na organização da cultura ocidental que dá origem ao que chamamos de pós-modernidade é o deslocamento do eixo axiológico que estrutura as formas do saber e do discurso. Se até a modernidade a verdade regia a organização epistemológica e discursiva, fosse como memória, ou como construção dialética, na pós-modernidade, a verdade dá lugar à eficácia. Essa mudança traz fortes implicações discursivas, principalmente pelo

fato de a eficácia, diferente da verdade, não pressupor o discurso. Enquanto o pré-moderno e o moderno eram respectivamente marcados pela narração e pela demonstração, ou seja, por formas discursivas predominantes por meio das quais o saber se organizava, o pós-moderno é marcado pela ação, adaptação, alcance de objetivos, independente de uma forma discursiva específica. A polimorfia seria a suposta marca formal desse funcionamento cultural, denominado *métis*.

Cada uma dessas grandes temporalidades constitui um universo de valor, implica uma dimensão ética, e essa maneira de compreender a ordem social pós-moderna aponta o grande desafio do exercício jornalístico na contemporaneidade. Como o jornalismo se estruturou na modernidade, a substituição da noção de verdade pela da eficácia como princípio de valor do funcionamento cultural coloca em xeque um importante pilar: o da objetividade jornalística, que, conforme discutem Kunczik (2002) e Ward (2004), a despeito de sua instabilidade conceitual, sempre foi cara ao exercício ético profissional.

Neste artigo, partimos da hipótese de que se a eficácia atua como valor hegemônico na contemporaneidade, o texto jornalístico, mesmo aquele considerado sério e responsável, apresenta sinais de adaptação a essa nova configuração sócio-discursiva no posicionamento ético que singulariza o enunciado de dada editoria. Assim, escolhemos a editoria O Dia, por se tratar de uma empresa de informação do meio impresso que, desde a década de 1980, vem procurando desconstruir uma imagem sensacionalista e construir uma identidade institucional de seriedade. Fundado em 1951 com um apelo sensacionalista, a partir dos anos 80 do século passado, passa a investir na publicação de matérias sérias para o público de classes menos favorecidas. Na década de 1990, o investimento conta com contratação de jornalistas e editores que contribuíssem na construção da nova identidade institucional, segundo as informações disponibilizadas no sítio comercial da empresa (http://www.odiacomercial.com.br/Grupo/jornal_historia.html). Na presente década, então, a editoria mantém seu plano de configuração institucional, investindo, especialmente em concursos especializados.

Dentre as diversas ações da editoria na busca por reconhecimento na esfera jornalística, a participação em concursos especializados tem uma relevância especial. Assim, o contexto de premiação interessa-nos como um contexto privilegiado por dois principais motivos. Primeiro porque a empresa inscreve nos concursos o material que ela própria julga de alta qualidade, o que nos permite resgatar no material inscrito em concursos os valores da editoria que desenham o que julga ser jornalismo bem feito. A situação de premiação propriamente dita mostra a referenda da cultura organizacional do jornal, uma vez que sinaliza o reconhecimento da qualidade do material de informação por parte de uma instituição outra, que não a editoria. O segundo motivo para

destacarmos a importância do contexto de premiação é o fato de que ali a atividade jornalística passa a desempenhar o lugar de objeto do discurso e não mais atividade profissional, e, nessa condição, funciona como referência de um eixo valorativo significativo na esfera jornalística. As reportagens premiadas revelam que modo do fazer jornalístico está sendo referendado.

Nosso objetivo é identificar o modo como a prescrição reconhece a autoria na imprensa e as marcas dos sujeitos enunciativos na série de reportagens “Neste briga, o menor sai ferido” para descrever os mecanismos discursivos que constroem facetas identitárias e alteritárias que moldam e são moldadas pelo o posicionamento ético ratificado no enunciado jornalístico. Se compreendemos que o texto jornalístico se insere num funcionamento discursivo, não podemos prescindir de outras esferas que, de algum modo, atravessam e estruturam a da imprensa. Assim, focamos dois eixos importantes para a organização de um enunciado jornalístico: a prescrição do fazer jornalístico impresso e o produto jornalístico. Para desenvolvermos nossa discussão, propomos a seguinte pergunta: como a autoria tem sido desenhada na legislação sobre a liberdade de imprensa e no enunciado jornalístico propriamente dito? Orientamos o percurso argumentativo deste artigo pelo desdobramento dessa indagação principal em outras duas: a) que espaços discursivos as diferentes reformulações da lei de imprensa abrem para a construção autoral? e b) como a autoria se articula no texto premiado? Passemos, então, à apresentação do conceito de enunciação/enunciado e de identidade social aqui adotados antes de debruçar sobre a micro-análise dos dados.

1. Identidade social e alteridade discursiva: dos sujeitos enunciativos no texto jornalístico impresso

Em consonância com a perspectiva histórica da questão levantada, escolhemos a abordagem dialógica de linguagem proposta por Bakhtin e seu Círculo por conta de seu princípio sócio-histórico fundador. Para tratar do conceito de enunciado e dos sujeitos nele imbricados, retomamos parte da discussão desenvolvida em textos atribuídos a Bakhtin/Volochinov (1926/1976, 1929/1999) e, ainda, Bakhtin (1979/2003). Em seguida, articulamos a perspectiva enunciativa com o conceito de identidade social conforme formulado por Castells (2001) para, por fim, procedermos à micro-análise da série de reportagem.

Conforme discutem Clark e Holquist (1998:38), Bakhtin e seu Círculo reformulam as perspectivas *personalista* e *desconstrucionista* da linguagem ao apresentarem sua maneira *dialógica* de entender o discurso. Aquela, associada a Wilhelm Wundt, Karl Vossler e Benedetto Croce, localiza o significado no *eu* (Clark e Holquist; 1998:38). Essa

visão se encontra arraigada à tradição humanista ocidental, que concebe a identidade do ser humano a partir de um ponto de vista absolutamente individualista. Já a desconstrucionista se posiciona no pólo oposto, e o significado não está em ninguém. Da perspectiva dialógica, por outro lado, o significado não está no indivíduo, mas na interação entre sujeitos (Bakhtin/Volochinov, 1929/1999).

Bakhtin/Volochinov (1929/1999) situam a questão da natureza dialógica da interação verbal numa discussão mais ampla que aborda uma tentativa de aplicação do método sociológico aos estudos da linguagem. Depois de localizarem o signo no plano ideológico, os autores sugerem a distinção de duas grandes abordagens dos estudos da linguagem diante das quais se posicionam diferentemente: a subjetivista individualista e a objetivista abstrata. Sem negar nenhuma das vertentes, os autores insistem na ideia de que o acontecimento linguístico não é uma manifestação solitária nem um construto abstrato, antes, configura a articulação de um sistema abstrato na singularidade – e não solitude – da enunciação.

Mais tarde, em um ensaio intitulado “os gêneros do discurso”, escrito na década de 1950 e publicado originalmente na Rússia em 1979, Bakhtin (1979/2003) amadurece a discussão sobre a questão do enunciado e pontua sua diferença em relação à oração. Esta, enquanto unidade da língua, não atende às demandas comunicativas e seu funcionamento responde ao sistema linguístico. Aquele, na condição de elo da cadeia comunicativa, se constrói na tecedura interacional, que não se rompe jamais, e responde às demandas da comunicação discursiva.

A cadeia comunicativa é constituída pela experiência discursiva única de cada enunciação modelada e desenvolvida na permanente interação com enunciados outros. À experiência de carregarmos a palavra do outro Bakhtin (1979/2003:294) chama *assimilação*. Isso significa dizer que não nos valem das palavras da língua, como as dicionarizadas, mas as tomamos emprestadas dos enunciados de outros e imprimimos nossa apreciação social. Ao tomarmos dos outros, e não de um sistema, além de as assimilarmos, também as reestruturamos e modificamos (idem).

Diante dessa concepção do funcionamento da comunicação discursiva, o diálogo é construído com e para o outro, ou seja, a construção do sentido na enunciação não pode ser reclamada por um indivíduo em particular (assim, recair-se-ia naquela perspectiva personalista), mas delegada à sua orientação para o interlocutor. Isso implica dizer que o enunciado é necessariamente uma resposta que demanda outra resposta, o que traz em questão seu aspecto preponderante: o endereçamento. Os enunciados só constituem um elo

na cadeia comunicativa porque são voltados para um destinatário (Bakhtin, 1979/2003).

As relações intersubjetivas, dessa perspectiva enunciativa, são inerentes e essenciais a qualquer instância de uso da linguagem. Essa abordagem é resumida no artigo atribuído a Bakhtin/Volochinov (1926/1976), texto no qual os autores defendem a importância da abordagem metodológica da sociologia para o estudo da poética. Dessa discussão, interessa-nos o esboço da estrutura enunciativa da perspectiva do Círculo explicada a partir de uma breve análise de uma situação do cotidiano, na qual os autores pontuam as relações intersubjetivas que estruturam a produção discursiva.

Nesse texto, os autores concebem o fenômeno enunciativo como a interação entre três sujeitos: o autor (enunciador), o destinatário (co-enunciador) e o herói (o objeto da enunciação, a referência de valor da produção discursiva). Qualquer que seja a enunciação (artística ou não, oral ou escrita), é preciso que haja um núcleo ternário de sujeitos que compartilhem de um mesmo eixo axiológico a partir do qual se posicionem. A referência única de valor é a condição para que haja posicionamentos singulares em interação. O "herói" configura o conteúdo em relação ao qual o autor assume sua postura, que é manifesta na apreciação valorativa. Esse posicionamento valorado só faz sentido face à relação que o autor mantém com o destinatário. Não há, portanto, como enunciar em um vácuo social; há sempre um convite de um "eu" a um outro para partilharem da avaliação de um conteúdo. Uma instância enunciativa, do ponto de vista articulado por Bakhtin/Volochinov (1926/1976), constitui-se nessas relações intersubjetivas.

Vale ressaltar que esses sujeitos – o "autor" e "destinatário" – configuram elementos constitutivos da enunciação e não necessariamente coincidem com as pessoas reais que produzem e consomem os textos. De acordo com Bakhtin/Volochinov (1926/1976) e Bakhtin (1979/2003), a abordagem das questões biográficas do autor-pessoa, para usar a definição de Bakhtin (*idem*), assim como as do destinatário, é pertinente à História, ou à Psicologia, e não aos estudos da Literatura de um ponto de vista discursivo. Isso porque a obra de arte é compreendida como um fenômeno enunciativo entretido nessas relações intersubjetivas. O desafio dessa abordagem é acessar aquilo que organiza as relações de identidade e alteridade inerentes à produção discursiva.

Além disso, compreendemos que a produção de um texto escrito que perpassa por um processo de pesquisa, redação, editoração etc. também implica um tratamento estético. Assim, a assinatura propriamente dita de uma matéria não dá conta do acabamento que molda um texto jornalístico, fato que justifica uma abordagem também

estética dessa produção discursiva, mesmo que não se situe no âmbito artístico. No âmbito estético, Bakhtin/Volochinov (idem) e Bakhtin (1979/2003) deslocam a empiria dos objetos que estudam do plano pragmático ou situacional imediato de dada enunciação para uma dimensão sócio-discursiva, na qual as construções identitárias e de alteridade não dizem respeito às pessoas do mundo biossocial, mas aos sujeitos imanentes à comunicação humana.

Essa questão estética justifica o fato de a discussão em torno da autoria atravessar a maioria dos textos de Bakhtin e seu círculo (Faraco, 2005). Por ora, interessa-nos recuperar a distinção entre o autor-pessoa – no mundo biossocial – e o autor-criador – no plano sócio-discursivo – e as implicações teórico-metodológicas que daí surgem, para acessarmos o nível em que abordamos as questões de identidade e alteridade fundamentais à enunciação jornalística, em particular, a impressa. Uma vez compreendido a distinção entre a pessoa que escreve do criador que arquiteta o enunciado, vale a pena destacar algumas semelhanças enunciativo-dialógicas entre o texto jornalístico impresso e o texto nas ciências humanas, tal como o analisou Amorim (2004).

De acordo com a autora, o texto nas ciências humanas organiza-se a partir da sobreposição de dois planos enunciativos: o de campo e o da redação do texto científico. Na passagem de um para o outro, há uma inversão de posicionamentos dos sujeitos da enunciação, que a autora chama de *dupla inversão*. Esse dispositivo implica uma importante transformação no funcionamento enunciativo, que desvela o modo como o autor se relaciona com os demais sujeitos implicados na enunciação. No texto em ciências humanas, o objeto fala, o objeto é um sujeito produtor de textos com quem o autor interage, o que evoca uma organização enunciativa como se o destinatário fosse audiência de uma interação. Como no teatro, onde o público, mesmo sendo o destinatário da peça, permanece ausente, assistindo ao espetáculo. Esse posicionamento, entretanto, é valorado e constitutivo da enunciação. A peça só é uma peça teatral, porque há um público que referenda o que se passa em cena.

De modo semelhante concebemos o texto jornalístico, entendido como uma arena de relações intersubjetivas que definem os processos de identitários e alteritários inerentes à enunciação. Assim como o texto em ciências humanas, também o texto jornalístico busca a verdade, com compromisso ético específico que o orienta a construir o objeto em respeito ao próprio objeto e ao público alvo de sua produção discursiva. Instaura-se, então, uma relação entre sujeitos em que o enunciador procura apagar-se. Se é verdade o que se diz, não importa quem o diz. O lugar do destinatário também é particular. Apesar de o texto ser dirigido a alguém, não se supõe sua interferência, de modo que o

recuperamos nos pressupostos que apontam os valores constitutivos dos processos identitários e alteritários no enunciado. Isso porque, retomando o que defendem Bakhtin/Volochinov (1926/1976), entendemos que a relação entre os sujeitos da enunciação tem sua origem no compartilhamento de um eixo de valor que faz desses sujeitos uma unidade social, a despeito de seus posicionamentos singulares.

Por entendermos o caráter processual dessa natureza enunciativa das relações intersubjetivas, estabelecemos uma conexão dessa abordagem discursiva com o conceito de identidade social, construto teórico que dá acesso à fluidez e instabilidade das facetas que efetivamente são convocadas à construção identitária e alteritária na interação humana. De acordo com Castells (2001:22), a identidade social consiste do “processo de construção de significação com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”. Assim, compreendemos que o princípio fundador das identidades sociais seja a interação verbal-social dos sujeitos, o que imprime um caráter de contínuo movimento ao ser no mundo. Essa provisoriedade nas relações de identidade e alteridade abre possibilidades de reacentuação e reorganização daquilo que circula como instituído em determinada época, e a inserção desse jogo de articulação identitária no funcionamento cultural traz a questão do valor para o centro da discussão. Novamente conforme Castells (2001), podemos refletir sobre três grandes possibilidades de articulação das identidades sociais.

Quando nos envolvemos dialogicamente em consonância com os princípios ditados pelas instituições dominantes que visam a manutenção e expansão dos princípios hegemônicos, lançamos mão de possibilidades legitimadoras de identidade social. Diferentemente, ao nos engajarmos em discursos que vão de encontro à hegemonia e buscam, de algum modo, mitigar o poder, tomamos parte em identidades de resistência. Por fim, quando essas propostas de resistência garantem uma nova maneira de organizar as possibilidades de identidade social e conseguem efetivamente reacentuar processos hegemônicos, abrimos espaço para identidades de projeto.

Pontuadas as bases teóricas que nos permitem enxergar o texto jornalístico como um enunciado em que circulam formas identitárias e alteritárias simultaneamente estruturais e estruturadas na ordem social, passemos à breve análise da questão autoral na série de reportagens “Nesta briga: o menor sai ferido”, premiada pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.

2. A construção discursiva de identidade e alteridade na imprensa: a questão da autoria

Para demonstrar como a construção identitária e alteritária no jornal impresso implicada no funcionamento cultural em transformação desvela a complexa constituição autoral na imprensa, escolhemos a série "Nesta briga, o menor sai ferido" (Remígio, 2004 a, b, c) publicada pelo jornal carioca *O Dia* em março de 2004 e duplamente premiada pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM) no mesmo ano. Antes de nos determos ao enunciado jornalístico propriamente dito, traçamos um breve percurso histórico da noção de autoria ao longo das diferentes versões da lei de imprensa para depreender o modo como o plano legal concebe a noção de autoria e responsabilidade na imprensa. Em seguida, analisamos o documento julgado e premiado no concurso para descrever como a autoria se constitui no produto jornalístico e demonstrar que faceta identitária é consolidada pela editoria.

2.1. Legislação e autoria na imprensa

A questão legal em torno da liberdade de imprensa marca um percurso histórico de avanço e recuo quanto ao reconhecimento e consolidação da amplitude da imprensa. Desde o primeiro texto legislativo sobre a imprensa em 1823 até a lei de 1967, que ainda estava em vigor por ocasião da publicação e premiação da série aqui analisada, encontramos uma série de tentativas políticas de coerção de um espaço discursivo cada vez mais poderoso. Nessa trajetória, a partir do modo como a lei prescrevia a responsabilidade na imprensa, identificamos a maneira como a noção de autoria foi sendo construída na legislação brasileira.

Conforme discute Martins (2008), a imprensa no Brasil no século XIX foi marcada por dois grandes momentos: até 1860, período em que predominou o discurso conservador áulico, e a partir daí, em especial, a partir de 1868, quando houve a queda do Gabinete liberal. No primeiro momento, um importante evento marca a imprensa brasileira. Em 22 de novembro de 1823, D. Pedro I outorga um decreto que configura a primeira Lei de Imprensa no Brasil. Esse fato ocorre dez dias após o Imperador dissolver a Assembleia Constituinte. Curiosamente, as reformulações da Lei de Imprensa que seguiram foram sempre caracterizadas pela repressão governamental sobre a imprensa. A segunda versão da lei data de 20 de setembro de 1830 e em 16 de dezembro do mesmo ano é incorporada ao primeiro Código Criminal no Brasil. O Código regulou a imprensa até a proclamação da República, em 1889 (Nunes, 2003).

Já no segundo momento, um tom romântico atravessou o texto da imprensa. A primeira Constituição da República, datada de 24 de fevereiro de 1891, garantia que a manifestação do pensamento pela imprensa era livre, livre inclusive de censura, e cada um seria responsável pelo abuso que cometesse. A nosso ver, entretanto, essa perspectiva bem diferente da conservadora que predominou no período imperial, se perde no início do século passado, a partir dos anos 1930, quando novamente a postura política procura cercear a imprensa de acordo com o interesse do sistema republicano.

No período chamado de Primeira República (1889-1930), a imprensa experimenta uma série de transformações tecnológicas, que lhe garantem maior escopo de atuação. Sua liberdade, entretanto, enfrenta diferentes barreiras. Se de um lado o avanço tecnológico garante maior eficácia à imprensa, que passa a poder fazer mais, melhor e por menos custo, por outro lado, o controle do Estado visa cercear sua amplitude de atuação. É nesse quadro de tensão que se esboça a comunicação de massa.

Nesse período de transformações [Primeira República], a imprensa conheceu múltiplos processos de inovação tecnológica que permitiram o uso de ilustração diversificada – charge, caricatura, fotografia –, assim como aumento de tiragens, melhor qualidade de impressão, menor custo do impresso, propiciando o ensaio da comunicação de massa (Eleutério, 2008: 83).

A ideia de *massa* aponta para a tendência dos meios de comunicação que se desenvolveriam naquele século. O contrato com o grande público também é consolidado. Não à toa, o Estado se põe alerta ante o desenvolvimento da imprensa e, em 31 de outubro de 1923, promulga a primeira Lei de Imprensa da República, que determinava, entre outras coisas, as penas aplicáveis à publicação de segredos do Estado ou à expressão de ideias consideradas anárquicas (Nunes, 2003). Essas mudanças sócio-históricas promovem transformações na esfera jornalística impressa de modo que a ética, uma vez pautada na postura política, migra seu foco para a objetivação vs. subjetivação. Desse modo, com termos garantidos inclusive por lei, a imprensa adentra uma arena em que a liberdade é emoldurada pelos interesses do Estado. A construção de uma objetividade como suposta ausência de subjetividade atende, no contexto do desenvolvimento da imprensa no Brasil, às demandas de uma censura que visava apagar os embates políticos. Paulatinamente, sem abrir mão do comprometimento com o senso moderno de verdade, a imprensa deixa de embasar sua ética na

tomada de posição política para fundamentá-la numa pretendida imparcialidade diante dos fatos concretos observáveis na realidade biossocial.

Notemos que essa mudança responde ao contexto histórico particular brasileiro, mas também ao contexto da cultura ocidental, que privilegia o funcionamento *logos*. O Ocidente vive um momento em que a demonstração do real demanda um apagamento dos sujeitos implicados no processo de demonstrar. Se o que se quer demonstrar é verdade, não importa quem o faz. Como carro forte dessa nova perspectiva da objetividade e ética jornalística, na década de 1920, nos Estados Unidos a fotografia passa a compor a matéria impressa, como expressão máxima da objetivação. Com a fotografia, a subjetividade que o ilustrador imprimia ao texto jornalístico é substituída pela pretensa objetividade do novo modo de fazer jornalismo que levava o público ao local do fato “tal como era”, sem a interpretação subjetiva de um determinado profissional. Claro que podemos pontuar uma série de traços subjetivos na fotografia e na composição de uma página de jornal, mas por ora interessa-nos ressaltar os valores que orientavam a produção jornalística. O caráter híbrido do jornalismo, que opera entre um fazer narrativo e uma demonstração de fatos, é orientado para o funcionamento *logos*, e é a partir desse direcionamento que se dão seus desdobramentos sócio-discursivos.

Em suma, a primeira metade do século XX configurou um momento de grande expansão da imprensa não só no Brasil como em todo mundo. Muitos dos projetos modernos de autonomia e emancipação do ser humano são conquistados, o avanço tecnológico alimenta a expectativa de dias melhores e a imprensa participa dessa conquista encurtando espaços físicos e intervalos de tempo. Como sintetiza Luca (2008):

Esse amplo rol de transformações, aliado aos artefatos modernos e aos novos meios de comunicação que invadiam o cotidiano – carros, bondes elétricos, fonógrafos, publicidade e, nos anos 1920, o rádio –, delineavam tanto uma paisagem marcada pela presença de objetos técnicos como configuravam outras sensibilidades, **subjetividades e formas de convívio social. Eficiência, prensa, velocidade e mobilidade** tornaram-se marcas distintivas do modo de vida urbano, **e a imprensa tomou parte ativa nesse processo de aceleração** (Luca, 2008: 150 – grifos nossos).

Esses valores que vão tomando formas concretas ao longo do século apontam para alguns conflitos que o meio impresso irá enfrentar com o advento dos meios eletrônicos e digitais. A televisão e a *internet* garantirão maior pressa, velocidade e mobilidade, deixando a imprensa longe do alcance da aceleração que atinge rapidez bem próxima ao “tempo real” (sem espera). Até a primeira metade do século XX, entretanto, a produção impressa ainda configurava carro forte do jornalismo.

Nesse quadro sócio-histórico, novos tipos de textos jornalísticos começam a se consolidar na imprensa: notas, reportagens, entrevistas. Esses novos tipos de textos jornalísticos vêm contribuir na distinção entre matérias jornalísticas propriamente ditas e textos opinativos. As reportagens que configuram nosso *corpus* consolidam-se na esfera jornalística como texto de caráter informativo, e não opinativo, portanto, orientado para objetivação. A página do jornal nesse momento já está investida de uma carga visual. O verbal já divide espaço com o visual na construção dos sentidos. Isso não se restringe somente à introdução de elementos fotojornalísticos, como também à diagramação de uma página, escolha de tamanho de fonte, disposição de texto verbal e visual etc. A partir de então, a materialidade de um texto impresso jornalístico escapa ao estritamente verbal e se consolida verbo-visualmente.

No que diz respeito à interação implicada no jornalismo impresso, no período chamado Estado Novo, a imprensa experimenta uma nova mudança. A Constituição de 1937 confere à imprensa estatuto de utilidade pública, alterando sua relação com o Estado, que teria direito de inserir comunicados do governo nos periódicos. O caráter público referendado à imprensa simultaneamente a liberta, já que serve ao bem comum, e a cerceia, já que está atrelada aos interesses do Estado (Luca, 2008). É nesse intervalo entre o bem comum e o interesse estatal que se constrói a objetivação jornalística naquele momento.

A segunda metade do século XX herda essas questões que se colocam diante da imprensa e configura um momento marcante em que a virada pós-moderna começa a se esboçar, trazendo novos desafios. Especificamente no Brasil, a imprensa experimenta novamente dois processos contrários. O avanço tecnológico favorece, por um lado, cada vez mais e melhor qualidade técnica para produção do texto jornalístico, conferindo maior poder de divulgação e circulação do produto jornalístico. É também nessa década que o jornalismo se consolida dentro do enquadre empresarial e passa a funcionar por meio de empresas. Não há muito espaço para o exercício profissional fora das grandes empresas de informação. Isso compromete a ética profissional, uma vez que além dos valores construídos na esfera jornalística, valores mercadológicos também passam a reger seu funcionamento. Há, por

assim dizer, uma sobreposição de éticas nem sempre harmoniosas. Por outro lado, a segunda metade do século é marcada pelo golpe militar em 1964 que, apesar de apoiado por tantas editorias, passa a cercear o campo de atuação da imprensa. Se o avanço tecnológico e a organização empresarial garantem mais amplitude à produção jornalística, o momento político brasileiro vai, cada vez mais, na contramão da liberdade de expressão, comprometendo a ética jornalística.

Nesse período, a imprensa experimenta também dois marcos na legislação. O primeiro, em 1955, quando a Emenda Constitucional nº 8 quebra o monopólio estatal sobre as telecomunicações e dá abertura para participação de capital estrangeiro (Nunes, 2003). Outro grande marco é a promulgação da Lei de Imprensa (sua quinta versão no Brasil) em 1967 (Nunes, 2003); lei que regia a imprensa por ocasião de publicação e premiação da série aqui analisada. Considerando o momento em que foi promulgada, a lei apresenta algumas contradições que refletem o controle do Estado. No artigo primeiro, é garantida a liberdade de pensamento e sua difusão por qualquer meio sem dependência de censura. No segundo parágrafo do mesmo artigo, entretanto, ressalva-se que em estado de sítio, o Estado tinha autoridade para censurar jornais ou quaisquer periódicos. Nela estão também discriminados o direito de resposta, penas aplicadas nos casos de difamação, calúnia, entre outros já garantidos nas versões anteriores.

Já desde o decreto imperial, a lei de imprensa em suas diferentes reformulações guarda um tom de crime para os supostos abusos cometidos com a liberdade de expressão no meio. A questão da responsabilidade quanto aos crimes cometidos através da imprensa merece uma atenção particular. Na lei 5.250/67, o primeiro a ser punido, de acordo com o artigo 37, é aquele que redige o texto. Somente em caso de sua ausência do país são responsabilizados nessa ordem: o gerente ou proprietário das oficinas impressoras no caso de jornais ou periódicos, ou o diretor ou proprietário da estação emissora de serviços de radiodifusão. Caso o material tenha sido divulgado sem a permissão do seu autor, aí são responsabilizados: o diretor ou redator-chefe do jornal ou periódico; ou o diretor ou redator registrado, no caso de programa de notícias, reportagens, comentários, debates ou entrevistas, transmitidos por emissoras de radiodifusão.

Notemos que, pela legislação, a assinatura de um texto jornalístico é empírica, e não institucional. A lei não parece sensível ao fato de que o todo da edição não é o resultado da justaposição de diferentes enunciados, mas que cada fragmento veiculado tem uma função no todo editorial. Como já apontamos anteriormente, entendemos que a produção de um texto jornalístico é multifacetada e

lida com diferentes materiais semióticos. O todo desse produto, entretanto, é organizado pela empresa que assina a edição, e não por cada indivíduo que produz cada fragmento desse todo. Por mais que repórteres e fotógrafos tenham prestígio, em última análise é o produto de uma editoria que é posta a venda, e não fragmentos jornalísticos assinados particularmente. A assinatura de uma matéria, o crédito de fotogramas etc. configuram apenas mais um elemento de significação dentro do funcionamento editorial. Portanto, por que responsabilizar quem redige o texto ou tem os créditos de fotogramas em particular como se o todo da matéria fosse resultado do trabalho singular daqueles profissionais? Levantamos essa indagação apenas para sinalizar como a questão autoral na prescrição da lei de imprensa é atravessada por múltiplas questões, que passam pelo reconhecimento e prestígio do profissional, pela suposta isenção de responsabilidade da empresa que acolhe seu trabalho e pelo não reconhecimento do produto jornalístico no seu todo, que é assinado por uma editoria. A lei parece tratar da matéria como uma compilação de fragmentos, embora os sentidos e discursos que o texto jornalístico faz circular não sejam o resultado da simples soma de fragmentos.

2.2. Premiação e autoria na imprensa

A série aqui analisada foi publicada na seção *O Dia de olho para você*, em três dias do mês de março: 14 (página dupla, Remígio, 2004a), 15 (página inteira, Remígio, 2004b) e 16 (página inteira, Remígio, 2004c). As reportagens que constituem esse pequeno *corpus* tratam da questão do trabalho infantil no interior do estado do Rio de Janeiro e apresentam consequências desse trabalho para os menores nele envolvidos e suas famílias, além de discutir o impasse instaurado entre os governos estadual e federal quanto às contribuições ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Já no título de abertura da série – *Nesta briga, o menor sai ferido* (Remígio, 2004a) –, identificamos possibilidades de articulação de discursos que nos levam a contextos dialogicamente relacionados e que sinalizam o posicionamento ideológico que atravessa a construção identitária e alteritária em toda a série. As palavras *briga* e *menor* ativam, em princípio, dois grandes eixos de sentido: a palavra *briga*, de um lado, traz para a construção temática desse enunciado as noções de disputa, de lados opostos, de rivalidade e, em relação dialógica com essas noções, a palavra *menor* aponta simultaneamente para o menor de idade, o jovem adolescente, a criança e para aquele que não dispõe de condições favoráveis em uma disputa.

Outro ponto chave para a circulação de discursos e construção de sentidos na série como um todo é a linha fina: *enquanto governos não*

se entendem sobre investimentos, crianças trabalhadoras são vítimas de doenças e até mutiladas em tarefas perigosas. Num primeiro momento, a oração subordinada adverbial aponta a disputa entre os governos federal e estadual do Rio de Janeiro, o que está em consonância com o universo de disputa instaurado pelo título. Em seguida, os menores de idade são apresentados na oração principal como vítimas desse embate entre os governos, o que nos permite redesenhar os sujeitos envolvidos na briga: de um lado, os grandes – os governos –, de outro, os pequenos – os menores de idade de classes desprivilegiadas, que precisam se envolver com trabalhos insalubres.

Ao longo das reportagens, a articulação verbo-visual constrói sentidos importantes para a organização temática desse texto jornalístico: apesar de as regras do concurso e as técnicas de redação jornalísticas determinarem uma abordagem de diferentes pontos de vista do assunto reportado, não há nos elementos fotojornalísticos com representações de outras personagens senão a dos menores trabalhadores, seus familiares ou pessoas que foram vítimas do trabalho insalubre quando menores de idade. Os governos e seus representantes são registrados apenas no plano verbal, bem como os empregadores desses menores. Essa presença exclusiva da minoria nos elementos fotojornalísticos cria uma falsa noção de solidariedade. Falsa porque tanto os grandes quanto os pequenos configuram o objeto enunciativo, mas são construídos discursivamente de maneiras diferentes. A reprodução do contexto desfavorável nos elementos fotojornalísticos em contraponto com o silêncio visual daqueles com poder de transformação dessa realidade produz uma diferenciação na natureza desses objetos. Vejamos como isso se dá.

No topo da página do jornal, encontramos, do lado esquerdo, a data de publicação da edição e, do lado direito, a página em que a matéria foi publicada. Logo abaixo, há uma faixa azul com a inscrição do caderno em que as reportagens foram publicadas: *O Dia de olho para você*. Essa inscrição já anuncia o modo como as relações intersubjetivas são representadas nesse enunciado. O pronome *você* marca a presença de um interlocutor, porém, não define sua natureza. O jornal se encontra trabalhando para esse interlocutor, no sentido de a ele prestar serviços (*para você*). O título da seção, então, aponta para o suposto compromisso social da editoria. Todavia, considerando que o público alvo desse jornal é a classe menos favorecida, esse interlocutor marcado linguisticamente parece coincidir com os menores na briga abordada na série. Isso nos leva ao primeiro indício de cisão entre os objetos enunciativos: *você* coincide com as vítimas do trabalho infantil, mas se diferencia dos grandes também constituintes do objeto.

A ausência de marca linguística da primeira pessoa do discurso convencional no texto jornalístico aliada aos movimentos discursivos

camuflados nas formas de terceira pessoa instaura um efeito de sentido no qual o enunciador, apesar de linguisticamente apagado, ocupa um lugar privilegiado para agir discursivamente, ao passo que o objeto enunciativo é cindido de modo a opor objeto apenas falado e objeto também falante. O apagamento do enunciador se deve à postura enunciativa de que se é verdade o que se diz, não há importância em revelar quem o diz e está em consonância com o funcionamento cultural *logos* (Amorim, 2007). Semelhantemente, a apresentação de personagens dos governos bem como das famílias imbricadas na questão do trabalho infantil cumpre o compromisso jornalístico de trazer diferentes pontos de vista sobre o fato. Vejamos o fragmento do texto que encerra a série na Fig. 01:

Figura 01: Final feliz

TERÇA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 2004 19

O DIA DE OLHO PARA VOCE



FOTOS FÁBIO GONÇALVES

ENQUANTO famílias inteiras buscam fonte de sustento no Lixão de Miguel Pereira, crianças engajadas no programa Peti, que inclui aulas de canto, recobram a esperança no futuro e passam a se reconhecer como cidadãs

Todos querem um final feliz

Muitos menores trabalhadores estão desiludidos. Mas o resgate pelo Peti é a prova de que com pouca verba se pode garantir o futuro



MARCELO REMÍGIO
O trabalho infantil não tem deitado apenas marcas nos corpos de crianças e adolescentes. Ao assumir funções de

adultos, a maior parte dos menores limita seus horizontes à vida que leva e minguia na desesperança. É o caso de Rosângela Cardoso Santos que, com a mãe e os irmãos, ganha no lixão de Miguel Pereira objetos que lhe rendam pelo menos o que comer diariamente. Aos 13 anos, Rosângela não tem futuro. Não sabe nem qual é a profissão que quer seguir.

No terceiro dia da série sobre trabalho infantil, o **DIA** mostra que, como ela, existem milhares de jovens perdendo a ilusão em cada canto do estado. Ainda não consegue cumprir a meta estabelecida para a área social, que seria seu camo-chefe. Só a verba do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) para 2.206 municípios brasileiros está atrasada há dois meses. São 810.792 crianças que deixaram de receber R\$ 40, para famílias residente em áreas urbanas, e R\$ 25, para os que vivem nas zonas rurais.

A experiência mostra que é preciso muito pouco para devolver o sonho e o brilho no olhar de crianças e adolescentes encaminhados para um futuro melhor. Numa pequena sala de aula de Paty do Alferes, no Sul Fluminense, o exemplo vem do mirradinho Uelido Leiros da Costa. Aos 8 anos, com as mãos calejadas, ele foi resgatado pelo Peti na roça em que trabalhava com o pai desde os 5. Ele trocou a irrigação das plantações de pimentão pelo aprendizado da terceira série: de manhã e de tarde. Hoje, ele é o xodó da turma do Peti, onde, além do reforço escolar, tem aulas de artes manuais, futebol e canto. E já fez bons amigos, como Gustavo Santos Silva, 14, e Luciano Baltar, 15. Os três voltaram a ter esperança. Na sala de aula, a música que eles pediram para aprender diz tudo. "É preciso saber viver", de Roberto Carlos e Erasmo Carlos. "Todo pedra no caminho, você pode retirar..."

Essa página tem sua abertura como a dos demais dias da série: a faixa azul com a inscrição do caderno, logo abaixo, elemento fotojornalístico seguido do título da reportagem e o texto principal da matéria. Nesse último dia, porém, há dois elementos fotojornalísticos simetricamente dispostos unidos por uma única legenda, que precedem o título da reportagem e a linha fina. A disposição desses elementos expõe o confronto de duas realidades díspares: do lado esquerdo, a fotografia retrata o contexto de miséria, pobreza e sujeira dos menores

não contemplados pela ação governamental; do lado direito, a fotografia descreve o resultado da ação governamental.

A legenda única ratifica essa oposição, apontando a simultaneidade no contraste entre a situação daqueles destituídos do reconhecimento como cidadãos e daqueles que o recuperaram (*Enquanto famílias inteiras buscam fonte de sustento no Lixão de Miguel Pereira, crianças engajadas no programa PETI (...) passam a se reconhecer como cidadãos*, Fig. 01). Em ambas as representações, os menores estão vulneráveis à ação do outro, e não configuram agentes capazes de intervir em sua própria realidade, ao passo que, a figura dos governos é representada como agente transformador da realidade. Estes, objetos também falantes; aqueles, apenas falados. Essa organização enunciativa aponta para a construção identitária hegemônica do enunciador – do autor-criador dessa série – que referenda o poder instituído e confirma sua voz, silenciando a homogenia. Essa valoração é recuperada no todo da série, e não nos fragmentos que a compõem. Tomássemos apenas os elementos verbais separados do que significam em interação com o visual, não recuperaríamos essa construção legitimadora institucional.

O título dessa reportagem final (Fig. 01) também confirma essa disposição identitária/alteritária enunciativa. Apesar de o pronome *todos* parecer incluir enunciador, destinatário e objeto, a ideia de *final feliz* deixa transparecer a perspectiva efetivamente valorada: a dos grandes. A linha fina (Fig. 01), a partir da oração adversativa, apresenta a ação governamental como a possibilidade de transformação das mazelas sociais. A construção do povo como um objeto apenas falado, sem voz ativa, sem poder ação fica evidente na fotografia em que as crianças cidadãs são representadas. O final pode ser feliz, mas apenas para quem se satisfaz com a conformidade do poder instituído e seus valores. Os olhares das crianças retratadas são dispersos, e os semblantes abatidos e sem alegria. Não é a partir da perspectiva delas que esse final parece ser feliz.

Diante dessa postura enunciativa, ponderamos que o exercício do jornalismo responsável é regido pelo funcionamento *logos* por guardar um comprometimento com o modo de demonstrar sua verdade, o que justifica a relevância da discussão em torno da objetividade discursiva. Por mais que a questão não se encerre, sua proposição só significa dentro do paradigma moderno *logos*, e a despeito das nuances subjetivas ali flagradas, há de se considerar o projeto enunciativo esboçado em direção a um compromisso com o real. A distinção entre objeto apenas falado e também falante, porém, traduz um tratamento particular desse real e, nesse caso, implica um posicionamento identitário legitimador do enunciador, que não abre espaço para contra-discurso.

Em suma, apesar de garantido espaço no produto jornalístico premiado para as diferentes personagens envolvidas na trama tratada pela série “Nesta briga, o menor sai ferido”, a organização enunciativo-discursiva que dá tratamento diferenciado aos elementos que configuram seu objeto corrobora uma postura identitária institucional legitimadora. O acesso a essa configuração autoral, não obstante, é recuperada na interação do todo semiótico da matéria. Isso significa dizer que lidar com a noção de autoria na imprensa, requer atenção ao todo veiculado, e isso implica ir além da noção de responsabilidade e autoria prevista pela lei.

3. Considerações finais

Diante da breve discussão desenvolvida neste artigo, entendemos que o desenho da autoria na imprensa esbarra na tensão entre indivíduo, profissional e instituição. Se a lei de imprensa, por um lado, constrói uma responsabilidade individual para aquilo veiculado na imprensa, o material jornalístico em si se mostra vetor de sentidos e discursos que circulam a partir da interação dos diversos materiais que o compõem. O alcance dessa faceta da imprensa só é possível se considerado o todo da produção de uma editoria, sem cindir o material verbal do visual, por exemplo.

O que compreendemos a partir dessa breve investigação é uma tendência da legislação por construir e reconhecer a responsabilidade criminal, civil, e organizacional de pessoas implicadas na produção e publicação de informações, concebidas como fatos reais. Isso se dá por conta da percepção paratática da riqueza semiótica que configura um enunciado jornalístico. No caso da série aqui analisada, identificamos que a construção diferenciada das personagens que compõem o objeto discursivo sinaliza a orientação apreciativa institucional na construção de sentidos, o que demonstra a natureza discursiva da informação. Reconhecer que sentidos são produzidos na interação entre os diferentes elementos semióticos que constroem o enunciado no jornal significa reconhecer uma posição autoral que escapa ao plano individual. A postura legitimadora consolidada nesse texto premiado não se deve à postura de indivíduos, mas àquilo veiculado como um todo pela editoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, M. *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas*. São Paulo: Musa Editora, 2004.

_____. *Raconter, démontrer,... survivre – formes de savoirs et de discours dans la culture contemporaine*. Érès: Ramonville Saint-Agne, 2007.

BAKHTIN, M. M. *Estética da Criação Verbal*. (trad. Paulo Bezerra). 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (original russo, 1979).

BAKHTIN, M. M./ VOLOCHINOV, V. N. Discourse in life and discourse in art – concerning sociological poetics. In: VOLOSHINOV, V. N. *Freudism*. New York: Academic Press, 1976 (original russo, 1926).

_____. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. (trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira) 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999 (original russo, 1929).

BRASIL. Decreto 0, de 22 de novembro de 1823. Manda executar provisoriamente o projeto da lei da Assembléia Constituinte sobre liberdade de imprensa. CLBR PUB 31/12/1823 001 000089 1 Coleção de Leis do Brasil. Disponível em:

<http://www6.senado.gov.br/ListaPublicacoes.action?id=85339>. Acesso em: 26 fevereiro 2009.

BRASIL. Lei 0, de 20 de setembro de 1830. Sobre o abuso da liberdade da imprensa. CLBR PUB 31/12/1830 001 000035 1 Coleção de Leis do Brasil. Disponível em:

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=81650>. Acesso em: 26 fevereiro 2009.

BRASIL. Lei 0, de 16 de dezembro de 1830. Manda executar o Código Criminal. CLBR PUB 31/12/1830 001 000142 1 Coleção de Leis do Brasil. Disponível em:

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=81882>. Acesso em: 26 fevereiro 2009.

BRASIL. Decreto nº 24.776, de 14 de julho de 1934. Regula a liberdade de imprensa e dá outras providências. CLBR PUB 31/12/1934 004 001171 1 Coleção de Leis do Brasil. Disponível em:

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=31890>. Acesso em: 26 fevereiro 2009.

BRASIL. Lei nº 2.083, de 12 de novembro de 1953. Regula a liberdade de imprensa. DOFC PUB 13/11/1953 019321 1 Diário Oficial da União. Disponível em:

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=109360>. Acesso em: 26 fevereiro 2009.

BRASIL. Lei nº 5.250, de 09 de fevereiro de 1967. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. DOFC PUB 10/02/1967 001657 1 Diário Oficial da União. Disponível em:

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=117132>. Acesso em: 26 fevereiro 2009.

- CASTELLS, M. *O Poder da Identidade*. (Trad. Klauss Brandini Gerhardt). (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, v. 2) 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- CLARK, K., HOLQUIST, M. *Mikhail Bakhtin*. (Trad. J. Guinsburg). São Paulo: Perspectiva, 1998.
- ELEUTÉRIO, M. de L. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. G. (org.) *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p.83-102.
- FARACO, C. A. Autor e autoria. In: BRAIT, B. (org.) *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 37-60.
- KUNCZIK, M. *Conceitos de jornalismo: Norte e Sul: Manual de Comunicação*. (trad. Rafael Varela Jr.). 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- LUCA, T. R. de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. G. (org.) *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 149-175.
- MARTINS, A. L. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. G. (org.) *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 45-80.
- NUNES, L. Lei de Imprensa, 180 anos – a controvérsia, do Império aos nossos dias. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/ipub/181120031.htm>. Acesso em: 26 fevereiro 2009.
- REMÍGIO, M.; Nesta briga, o menor sai ferido. *O Dia*. Rio de Janeiro, 14 mar. 2004a. *O Dia de olho para você*, p. 28, 29.
- REMÍGIO, M.; Um drible na fiscalização. *O Dia*. Rio de Janeiro, 15 mar. 2004b. *O Dia de olho para você*, p. 17.
- REMÍGIO, M.; Todos querem um final feliz. *O Dia*. Rio de Janeiro, 16 mar. 2004c. *O Dia de olho para você*, p. 19.
- WARD, S. J. A. *The invention of journalism ethics: the path to objectivity and beyond*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2004.

Recebido em agosto de 2009
Aprovado em novembro de 2009